



A CENTRALIDADE DA QUESTÃO SOCIAL PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

The centrality of the Social Issue for Brazilian social work

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Serviço Social: Fundamentos, formação e trabalho profissional

Fátima Grave Ortiz*

 <https://orcid.org/0000-0001-8796-0933>

Hamida Assunção**

 <https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>

Luciana Cantalice***

 <https://orcid.org/0000-0003-1935-8179>

Mariléia Goin****

 <https://orcid.org/0000-0003-4859-3098>

Tatiana Reidel*****

 <https://orcid.org/0000-0002-8590-3836>

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, nº250, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP.: 22290-240. Membro da comissão coordenadora 2021-2022 do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. E-mail: fgraveortiz@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professora do curso de Graduação e de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM, Manaus, Brasil). Av. Dallas, quadra A, 24, Parque das Laranjeiras, Flores, Manaus (AM), CEP.: 69058-125. Membro da comissão coordenadora 2021-2022 do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. E-mail: hamida.assuncao@gmail.com; hamida@ufam.edu.br.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (graduação). (UFPB, João Pessoa, Brasil). Campus I - Lot. Cidade Universitária (PB), CEP.: 58051-900. Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN, Natal, Brasil). Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal (RN), CEP.: 59078-970. Membro da comissão coordenadora 2021-2022 do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. E-mail: lucianabocantalice@gmail.com.

**** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (graduação e pós-graduação). (UnB, Brasília (DF), Brasil). Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília (DF), CEP.: 70910-900. Membro da comissão coordenadora 2021-2022 do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. E-mail: mari.goin84@gmail.com.

***** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Av. Ramiro Barcelos 2600, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre (RS), CEP.: 90040-060. Membro da comissão coordenadora 2021-2022 do GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional da ABEPSS. E-mail: tatyreidel@gmail.com.

RESUMO

O artigo discute a questão social como um dos fundamentos do Serviço Social Brasileiro e, por conseguinte, a sua vívida e hodierna centralidade para a formação e para o trabalho profissional, a partir das reflexões que têm embasado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, da ABEPSS. Ancorada no materialismo histórico e dialético, a produção é oriunda de levantamento bibliográfico e documental e apresenta análises que evidenciam o quão imperativo é o fortalecimento dessa perspectiva em tempos marcados pelo avanço das tendências conservadoras e a ampliação das discussões acerca da relação orgânica entre questão social e Serviço Social, de modo a incorporarmos permanentemente suas determinações e conformações decorrentes das especificidades do momento histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Questão Social. Serviço Social. Formação Profissional. Trabalho Profissional.

ABSTRACTS

The article discusses the social issue as one of the foundations of the Brazilian Social Work and, therefore, its vivid and current centrality for training and professional work, based on the reflections that have supported the Thematic Research Group (TRG) on Foundation, Training, and Professional Work, from ABEPSS. Anchored in historical and dialectical materialism, the production comes from a bibliographic and documentary survey and presents analyzes that show how imperative it is to strengthen this perspective in times marked by the advance of conservative trends and the expansion of discussions about the organic relationship between social and Social Work, to permanently incorporate its determinations and conformations resulting from the specificities of the historical moment.

KEYWORDS

Social Issues. Social Work. Professional Training. Professional Work.

INTRODUÇÃO

Sobre os vinte e cinco anos de existência das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), há muito o que podemos dizer e analisar, tendo em vista que os processos ideo-políticos e sócio-econômicos que já despontavam nos agora passados anos de 1990 se aprofundaram, tensionando ainda mais os propósitos do projeto ético-político profissional e a partir dele, do projeto de formação profissional.

Dentre os diversos processos, assistimos as consequências que a primazia da financeirização do capital, do neoliberalismo e seu Estado Mínimo e do recrudescimento da crise econômica, política e social trouxeram às necessidades e à sobrevivência da classe trabalhadora. Sem dúvida, estes vinte e cinco anos mostraram como a chamada crise estrutural expressa o metabolismo social do próprio capital (MÉSZÁROS, 2011), cujo desenvolvimento desenfreado não poupa nada ou ninguém, desde os direitos históricos e socialmente conquistados por parcela da humanidade até o meio ambiente em todo o globo.

O Serviço Social e seu projeto profissional não são incólumes em relação a isso. Ao contrário, nosso projeto ético-político e de formação profissional tem sofrido graves ataques, que exigem de todos nós a análise crítica e acurada da realidade para a construção de respostas objetivas e competentes em face a tais processos.

Cabe ressaltar que um projeto expressa sempre a prévia ideação daquilo que se deseja construir e/ou afirmar e, no nosso caso, o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro, cujas Diretrizes Curriculares da ABEPSS são legatárias, expressa o perfil profissional que se pretende formar para o desenvolvimento de ações e de respostas técnico-profissionais compatíveis com os princípios e interesses de classe que nosso projeto ético-político pressupõe.

Assim, é a partir deste propósito que a questão social assume prioridade ontológica no projeto de formação profissional do Serviço Social, visto que ela carrega consigo a chave histórica e, ao mesmo tempo, heurística para entendermos as lógicas política e econômica que gestaram em finais do século XIX no mundo e no início do século XX no Brasil, as condições sócio-históricas para o surgimento de uma profissão particular como a nossa. Portanto, sem a explosão da questão social e dos processos políticos e sociais a ela vinculados no qual se destaca a refuncionalização do Estado, nos termos de Netto (1996), não haveria condições objetivas e subjetivas para que as políticas sociais se constituíssem e com elas, a necessidade de um determinado profissional. Foi [e ainda é] a existência das expressões da questão social que justificaram [e justificam] e legitimaram [e legitimam], não somente o significado social da profissão, mas também seu lugar e particularidades na divisão social e técnica do trabalho.

É a partir deste entendimento que podemos localizar e depreender a preponderância assumida pela questão social no âmbito das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, estando seus princípios explicitados num conjunto de conhecimentos necessários ao perfil que se deseja formar e que, pedagogicamente, se organizam em Núcleos de Fundamentação – da vida social, da sociedade brasileira e do trabalho profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1996).

O *Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social*, reúne um conjunto de conhecimentos relativos ao ser social, situado no processo de produção e reprodução da vida em sociedade. Nessa via, o trabalho, como categoria ontológica, é entendido como medular na constituição humano-genérica, uma vez que implica na apreensão das determinações expressas pela divisão social, sexual e racial do trabalho, pela luta de classes, pelas relações de exploração e dominação e pelas formas de alienação e resistência. A questão social, ao consubstanciar o conjunto das desigualdades e lutas sociais oriundas das forças contraditórias das relações sociais, torna-se indissociável da ordem burguesa e inaugura neste Núcleo, a partir de suas determinações sócio-históricas, sua centralidade na proposta de formação (ABESS, 1996)

O Núcleo da vida social se expressa no *Núcleo de Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, ao particularizar a constituição social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira, em seus aspectos dependente, periférico, urbano-industrial e subordinado às economias centrais (ABESS, 1996). O trato das determinações que consolidam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil carimba o selo das peculiaridades históricas nacionais: conformação do Estado (classista); desigualdades sociais; concentração de renda; superexploração da força de trabalho; relações de classe, raça, gênero e etnia; e resistências. Na particularidade brasileira, a questão social assume contornos que impactam visceralmente a vida dos sujeitos, dada a constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira, ao expressar “[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

A partir dos fundamentos constantes nos Núcleos da vida social e da particularidade da realidade brasileira, o *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional* articula conhecimentos que apreende o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, partícipe de processos de trabalho, que tem na questão social a base de sua fundação enquanto profissão. Ademais, dada a centralidade e transversalidade do seu objeto profissional – a questão social –, a formação reúne elementos que conduzem ao trabalho profissional competente, ético, crítico, intelectual,

ontológico, teórico e politicamente referenciado (ABESS,1996). Apreender as particularidades profissionais – de caráter eminentemente interventivo –, as relações com as instituições empregadoras – essencialmente públicas –, o assalariamento, as condições objetivas, éticas e técnicas de exercício do trabalho, além das marcas históricas que institucionalizam e desenvolvem sua necessidade social enquanto profissão são quesitos fulcrais para que o Serviço Social, dado seu rigoroso adensamento teórico e metodológico constante dos Núcleos que fundamentam a formação e o trabalho, não resvale na pulverização, fragmentação e indiferenciação da questão social.

Nessa ótica, a nucleação tridimensional expressa os pressupostos orientadores da formação profissional e traduz seus eixos basilares: o significado social da profissão – como especialização do trabalho coletivo e inserida na divisão social, técnica e sexual do trabalho –; a questão social como fundamento histórico da profissão, no bojo das particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira; o trabalho como categoria fundante, de modo a sintonizar o exercício do Serviço Social na sociedade capitalista; e a teoria social de cariz marxiano, como conduto teórico-político que subsidia o desvelamento das contradições inerentes a lei geral de acumulação capitalista.

A perspectiva de nucleação, na sua totalidade de conhecimentos, não concebe a departamentalização dos componentes, atrelados a um ou a outro Núcleo (TEIXEIRA, 2019) e busca superar os vieses mecanicistas e historicistas no trato dos Fundamentos da profissão – dos quais, a questão social é constitutiva. Superam a lógica formal fragmentadora de conteúdos, matérias, disciplinas e ementas e estabelecem a necessária dinamicidade entre os componentes curriculares¹, uma vez que consistem em eixos estruturadores do projeto de formação profissional e não são “[...] hierarquizados, classificatórios e autônomos, mas interdependentes e indissociáveis, que expressam níveis diferenciados e complementares de abstração para decifrar a profissão na dinâmica societária e ancoram os Fundamentos do Serviço Social” (GOIN, 2019, p. 2).

A partir desses elementos que assentam o debate, o presente artigo objetiva sintonizar a questão social como um dos fundamentos para o Serviço Social brasileiro, no ano em que se comemoram os 25 anos das Diretrizes Curriculares e cuja centralidade, a partir da fecunda incidência marxista, permanece vívida e hodierna. Para isso, o texto está organizado em dois momentos, além da introdução e das considerações finais, os quais buscam evidenciar a centralidade da questão social para o Serviço Social enquanto área de conhecimento e a necessidade do fortalecimento de estratégias para o enfrentamento do conservadorismo no tempo presente. Assim, no primeiro tópico, a discussão gira em torno da concepção crítica de questão social considerada como pressuposto para a formação e para o trabalho profissional. Na sequência, às reflexões que envolvem o avanço do conservadorismo no tempo presente e as possibilidades regressivas que estão postas às relações sociais e para profissão.

¹ Distribuídos em disciplinas, laboratórios, oficinas e seminários temáticos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1996).

A QUESTÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL: PREMISSAS PARA A ANÁLISE DOS SEUS FUNDAMENTOS

A apreensão da questão social e o debate sobre ela são basilares para a área de Serviço Social, tendo em vista que o/a assistente social é reconhecido como profissional especializado para trabalhar com as suas diversas manifestações. Todavia, essa não é uma discussão que suscita unanimidade. Trata-se de assunto gerador de polêmicas e dissonâncias, mas que, no projeto de formação profissional constituído ao longo da década de 1990, se explicita de modo hegemônico à luz da perspectiva marxista que norteia o referido projeto.

A questão social, entendida como as expressões resultantes do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora (industrial e urbana) na sociedade capitalista, como referem Iamamoto e Carvalho (2001) na clássica e pioneira obra escrita na década de 1980, intitulada *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, é o solo do ousado e crítico projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade. Vale lembrar que desde a publicação do referido livro, a profissão tem avançado e maturado acerca da apreensão da questão social, especialmente no Brasil, considerando suas características históricas predominantes de gênero e raça, como veremos neste texto adiante.

Embora a questão social não seja matéria exclusiva dos/das assistentes sociais, é preciso reafirmar sua centralidade para compreensão e intervenção profissional na realidade. Em tempos tão sombrios, marcados por crises que se somam à pandemia da Covid-19, emergida em março de 2020 no Brasil, é fundamental a reafirmação da questão social como importante elemento para a formação e para o trabalho dos/das assistentes sociais. Esta reafirmação deve vir embasada por reflexões atualizadas acerca das particularidades da sociedade capitalista, a qual jamais pode ser entendida como algo imutável, estanque e intransponível.

É imprescindível reconhecer que os debates sobre a questão social precisam pulsar constantemente e, por conseguinte, fundamentar e perpassar a formação e o trabalho profissional em uma perspectiva crítica, engajada aos interesses da classe trabalhadora e comprometida com a construção de uma ordem societária sem dominação, exploração e discriminação de qualquer natureza.

Nesse sentido, Iamamoto (2007) discute os rebatimentos da financeirização do capital no âmbito das expressões da questão social e nos aponta que “[...] o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças” (IAMAMOTO, 2007, p. 125). Desta afirmativa analítica, depreende-se que na sociedade capitalista contemporânea, marcada pela intensa financeirização da economia, a questão social mantém as mesmas bases, embora apresente algumas novas conformações decorrentes das especificidades do momento histórico atual.

Tal análise converge com o pensamento de Netto (2001), que considera que a questão social é elemento constitutivo da sociedade capitalista, assim, só será suprimida em outro ordenamento societário. De forma categórica, o autor afirma que inexiste qualquer nova questão social, contudo, alerta que o entendimento da questão social não é unívoco, nem dentro e nem fora da área de Serviço Social e, nesse sentido, pode trazer várias tensões para a profissão.

À luz do pensamento conservador, o qual também tenta incidir forças sobre o projeto ético-político do Serviço Social, a questão social pode revelar outros sentidos e significados, de modo a subsidiar ações moralizadoras, higienistas, assistencialistas e caritativas. Por isso, principalmente se considerarmos as incertezas do tempo presente, marcado pelas crises sanitária (decorrente da pandemia da COVID-19), econômica, social, política e ambiental, é fundamental a reafirmação da questão social como produto das relações desiguais entre classes sociais antagônicas nesta sociedade.

Quando se trata das particularidades da questão social no Brasil, Santos (2012) nos convida a analisar o desemprego, o qual tem aumentado de forma assustadora na última década. Nessa lógica, a autora frisa que essa expressão da questão social é delineada por alguns processos históricos nacionais que merecem destaque, como, por exemplo: a sociedade escravista e patriarcal sobre a qual se instituiu o trabalho livre; o ambiente antidemocrático que se estabeleceu em diferentes momentos da República; e a histórica dificuldade de articulação e organização da classe trabalhadora em prol de direitos.

Diante dessas evidências, é preciso entendermos que as categorias gênero, raça e classe social são eixos estruturantes da questão social brasileira, ou seja, é inconcebível que a questão social seja entendida sem eles, ou ainda que seja assinalada de forma fragmentada como uma nova questão social. Nessa perspectiva, o racismo, o feminismo, o machismo, a opressão, a diversidade sexual, entre outros temas que, acertadamente, têm tido maior proeminência em nossas pesquisas nos tempos atuais, são urgentes e imprescindíveis, pois estão profundamente enraizados às relações desiguais na sociedade capitalista. Consistem, portanto, em mediações que devem ser insuprimíveis da nossa análise sobre as expressões da questão social no Brasil e, por conseguinte, temáticas que são [ou devem ser] transversais ao nosso projeto de formação profissional.

No segundo ano que vivenciamos os deletérios impactos da crise pandêmica no Brasil, celebramos os 25 anos da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS – que expressam o projeto de formação profissional em Serviço Social e demarcam a direção social crítica que, por sua vez, coaduna com um novo projeto societário, antagônico ao capitalismo e ao lucro acima da vida.

Nesta direção, se faz necessário considerar o processo destrutivo do capital e seu impacto sobre as novas configurações da questão social – como aludido linhas atrás – e suas múltiplas expressões. Tudo isso em meio ao avanço acelerado do Estado no agenciamento e na expansão da educação superior através do fortalecimento de parcerias com a iniciativa privada, compartilhando com esta as verbas destinadas à educação, e contribuindo com o aumento exponencial da privatização e do empresariamento da educação por meio de conglomerados – grandes corporações – e com a expansão do Ensino a Distância (NEVES, 2002; MANCEBO; MARTINS, 2012).

As adversidades para a garantia de uma formação de qualidade frente à égide da ofensiva neoliberal, cujas demandas e desigualdades são orquestradas pelo capitalismo, se agigantam no

contexto da Covid-19, período em que, dentre muitos outros retrocessos², proliferaram-se o ensino e o trabalho remoto – numa nítida tentativa de desmonte da universidade pública presencial – tanto nas esferas pública como privada.

Refletir sobre a centralidade da questão social para o Serviço Social, seja no projeto de formação, seja no trabalho profissional, evidencia fértil interlocução com a produção da área, principalmente no campo dos Fundamentos do Serviço Social com a teoria marxiana e a tradição marxista. Resulta disso a incorporação da Lei Geral da Acumulação Capitalista (MARX, 2014) para o entendimento crítico sobre os processos históricos e político-econômicos geradores das expressões da questão social no século XIX, mas ainda vigentes e aprofundados na atualidade com a quarta revolução industrial e nova divisão internacional do trabalho. Esta interlocução permite situá-la como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade, das lutas e movimentos sociais, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos (CLOSS, 2017).

Todavia, o entendimento da questão social no Brasil pressupõe reconhecer a relação entre capital e trabalho a partir das particularidades do desenvolvimento capitalista dependente e periférico do país, que passa, necessariamente, pela sua formação sócio-histórica – dimensão essencial no projeto de formação profissional.

Essa dimensão permite apreender as determinações estruturais da questão social no âmbito da realidade brasileira, as quais explicam-se por vários processos que se auto implicam. Essas determinações se expressam, dentre outras, pela superexploração do trabalho, pela questão étnico-racial, pela questão de gênero e sexualidade, pela questão agrária, urbana e ambiental, mas sobretudo, pela luta e pela resistência que historicamente foram apassivadas, “[...] mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes [...]” (SANTOS, 2012, p. 437) e marcadas pelo conservadorismo e pelo autoritarismo antidemocrático.

A análise da questão social requer, portanto, a apreensão da formação sócio-histórica do país, sem a qual as formas particulares que as expressões da questão social assumem no Brasil não são compreendidas desde suas bases³.

A questão social, em sua relação com a profissão, se desdobra em vários aspectos: na própria elucidação do significado social do trabalho do assistente social; na sua inscrição no âmbito da (re)produção das relações sociais; na leitura crítica das requisições sócio-históricas dirigidas a esta profissão na divisão sociotécnica do trabalho; e, inclusive, como base explicativa e analítica do desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

² O atual governo brasileiro tem contribuído para o processo profundo de retrocessos, ascensão neoconservadora e desmontes, ao passo em que evidencia seu desprezo pela educação e pelo Ensino Superior, realizando alterações no Ministério da Educação, que prioriza a privatização em detrimento do ensino público, laico, de qualidade, social e democraticamente referenciado. Além disso, reduz investimentos, subsidiado pela Emenda Constitucional (EC) n. 95, que incide diretamente nas universidades federais, com corte de 30% – evidenciando o total descaso pela ciência.

³ Destaca-se a contribuição, no ano de 2018, do documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, ao afirmar que “[...] o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, p. 13).

Destaca-se, deste modo, a relevância da centralidade da questão social no modo de ser e de existir desta profissão, pois a mesma fornece os elos que conectam radicalmente o Serviço Social com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado, como um conduto essencial para a resistência à cultura conservadora na categoria.

Apesar disso, verificam-se dificuldades da apropriação do potencial teórico-analítico acumulado na área pela categoria profissional, conforme evidenciaram os dados da pesquisa realizada em 2006, pela ABEPSS, ao referir que a questão social nos currículos se desenvolvia preponderantemente em disciplinas com os mais diversos títulos e que nem sempre preconizavam seu conteúdo como central, tratando a contradição de forma abrangente. Assim, “[...] não por acaso alguns discentes afirmam que a questão social, de fato, atravessa o currículo, mas falta clareza no que se refere à compreensão teórica do processo que a origina e dos nexos com a prática do assistente social [...]” (TAVARES, 2007, p. 113-114), o que demarca um desafio fulcral a ser enfrentado na apreensão dos Fundamentos do Serviço Social. Assim, apesar de as Diretrizes Curriculares da ABEPSS afirmarem a questão social como elemento central, ordenador e transversal ao currículo, pois ela explica e justifica a existência e o modo de ser da própria profissão, verifica-se a importância de adensar estratégias pedagógicas que superem sua abordagem difusa e pulverizada, sem um aprofundamento teórico-crítico dos seus fundamentos.

Reitera-se, a partir do exposto, o desafio de garantir a questão social como dimensão estruturante da formação profissional, com sua devida transversalidade nos currículos a partir da tridimensionalidade dos Núcleos de Fundamentação, sendo que este entendimento se evidencia nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a partir de uma sólida base teórico-metodológica fundada no pensamento marxiano e marxista, essencial à análise da realidade (e seus determinantes sócio-históricos).

Soma-se a estes desafios na formação, a necessidade de uma especial atenção para o debate do processo de apreensão e formulação de respostas à questão social no plano do trabalho profissional, onde se percebem dicotomias no seu trato, seja nas análises estruturais ou fragmentadoras das expressões da questão social, nas compreensões economicistas da mesma e, ainda, naquelas que não superam a imediatividade das demandas institucionais. Assim, aprofundar e dar visibilidade à dimensão teórico-metodológica totalizante na abordagem da questão social, que realize o trânsito entre as dimensões universais e singulares das suas expressões, a partir das situações vividas pela população e das demandas institucionais, é uma exigência teórico-prática para uma intervenção profissional competente e condizente com os princípios e com a direção do nosso projeto ético-político (CLOSS, 2017).

Desta forma, afirmamos que o estudo sistemático das expressões da questão social necessita ser privilegiado na formação profissional, para o qual ratificamos a importância do método crítico-dialético para a análise da realidade e, nesta, as expressões da questão social, tal como emergem imediatamente no cotidiano de trabalho e como converte-se em matéria para a formulação de respostas críticas e inovadoras.

Ressaltamos em meio a este contexto, a centralidade do método materialista histórico e dialético na análise e nos processos interventivos profissionais como recurso capaz de articular

o trânsito entre as diversas situações singulares postas no cotidiano profissional e na totalidade social, forjando as necessárias mediações para um trabalho crítico e propositivo, comprometido com processos reflexivos e emancipatórios (CLOSS, 2017). À exceção desta perspectiva, que sinaliza a relevância da consistente formação teórico-metodológica voltada para a apreensão dialética e contraditória da questão social, fragilizam-se as respostas profissionais e a projeção de ações que transcendam a mera imediaticidade do cotidiano – o que por conseguinte, fragiliza as lutas e as resistências da classe trabalhadora.

O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E AS AMEAÇAS REGRESSIVAS

Firma-se uma conjuntura de ofensivas postas à classe trabalhadora e ao Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo. De um lado, os/as assistentes sociais sofrem os impactos do recrudescimento do neoliberalismo, tendo em vista o esfacelamento dos direitos vinculados ao trabalho e, de outro, o agravamento das múltiplas expressões da questão social, mediante as consequências societárias de mais uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) e, antagonicamente, à contingência severa dos gastos do Estado com políticas sociais.

Em momentos de crise avança o conservadorismo, visto a necessidade de se obnubilar uma apreensão imanente da realidade, a partir da qual é possível se localizar as raízes das contradições sociais, portanto, no caso da sociedade burguesa, das contradições da relação capital-trabalho. Desse modo, articulam-se leituras sobre a realidade a partir da perspectiva do binômio razão formal abstrata/irracionalismo, o que para Coutinho (2010) faz lembrar da cabeça de Janus, cuja bipartição das faces não anula a unidade do corpo, pois “[...] ambas são encarnações de um pensamento imediatista, incapaz de atingir a essência do objeto” (COUTINHO, 2010, p. 19).

A ordem burguesa demanda, assim, uma forma específica de *apreensão* da realidade, guiada pela reificação e pela pseudoconcreticidade (KOSIK, 2011), consolidando uma espécie de redução da razão à racionalidade analítica. Nessa medida, a certa altura do seu desenvolvimento “[...] por sua lógica imanente, deve prosseguir estimulando o evoluir da razão analítica (a inteligência), mas, deve, igualmente, obstaculizar os desdobramentos da sua superação crítica (a dialética)” (NETTO, 2017, p. 181).

A respeito dessa vigente crise, apesar da articulação das estratégias empreendidas – flexibilização do trabalho, desregulamentação comercial e privatizações do patrimônio público – não se observou a recuperação das taxas de crescimento do capitalismo na proporção esperada. Na verdade, essas medidas de reestruturação não reeditaram a emergência de uma onda longa de expansão do capital (MANDEL, 1982), como o ocorrido após a crise de 1929. Ao contrário, trouxe consequências societárias na ordem do recrudescimento das múltiplas expressões da questão social, cujas medidas para manutenção das condições sociais necessárias à produção/reprodução social foram, conforme Netto (2012), por um lado, o minimalismo das políticas sociais, na atuação em relação a extrema pobreza; e, por outro, a ampliação do Estado Penal, mediante a ampliação do encarceramento da população pobre, o genocídio de jovens pretos/as e periféricos/as e a criminalização dos movimentos sociais.

Nessa mesma direção, o avanço de uma leitura miserável da realidade (MARX, 2017) não considera as dimensões da totalidade, da mediação e das contradições sociais, que se apreendidas evidenciaríamos – em tempos de financeirização mundial do capital – os limites da

sociabilidade capitalista, da qual resultam a barbárie social e o processo de retroversão civilizatória.

Deste modo, o conservadorismo encontra solo fértil para seu avanço e para o cumprimento de sua tarefa histórica, a defesa de uma ordem social estabelecida, em que os interesses privados e os privilégios da classe dominante se apresentam como se fossem os de toda a sociedade. Ademais, porque a dominação vivida no mundo material é reproduzida no mundo ideal, conforme já desvendado por Marx e Engels (2007).

Na contramão dessa perspectiva, é preciso uma apreensão crítica da realidade que permita a identificação das determinações concretas da (re)produção dos processos de exploração, dominação e opressão dos/as trabalhadores/as, da subsunção real do trabalho ao capital e da produção coletiva da riqueza social em detrimento de sua apropriação privada. Um movimento que ao contrário dos pensamentos imediatistas vai da aparência à essência da “questão social” e que em termos de realidade brasileira, explicita as suas devidas particularidades⁴.

O avanço do conservadorismo tem se explicitado nitidamente no Brasil, nos últimos anos, a partir de vários acontecimentos: o golpe que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff em 2016; o realinhamento dos movimentos políticos de extrema-direita; a massificação do fundamentalismo religioso e finalmente, a ascensão do fenômeno do bolsonarismo; o recrudescimento neoliberal no país por meio da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (Lei do Teto dos Gastos), cujo principal desdobramento foi o congelamento dos gastos com as políticas sociais por vinte anos, a partir de 2017; e as várias edições da Reforma Trabalhista, que significaram, por sua vez, a incisiva perda de direitos por parte dos/as trabalhadores/as. Além disso, observa-se também o recuo nas pautas progressistas que se dirigiam ao debate e às políticas dirigidas aos Direitos Humanos, aos negros/as, às mulheres, ao segmento LGBTQIAP+, ao meio ambiente, a Reforma Agrária e a demarcação de terras indígenas.

Não obstante, tendo em vista que o conservadorismo se espalha no tempo presente pelos diversos campos da vida social, o Serviço Social sofre os impactos dessa conjuntura e se encontra como um solo fértil, uma vez que é entendido como produto histórico das relações sociais vigentes – dada a herança conservadora ainda presente em seu interior e que se reanima diante de tais investidas. Retoma-se a contumaz crítica das frações conservadoras ao Serviço Social crítico e ao projeto ético-político que a ele se vincula. Reacende-se a defesa da perspectiva tecnicista-instrumental da profissão, alimentada pelo mercado e por uma *formação* alinhada a ele (aligeirada, flexibilizada e rebaixada).

Outra possibilidade regressiva se inscreve no âmbito da apreensão da questão social, haja vista que se avançou em uma concepção crítica, como aludido anteriormente, a partir das aproximações sucessivas com a teoria social crítica, a ofensiva do conservadorismo na realidade e no interior da profissão pode contra restar este avanço.

⁴ Um conhecimento oriundo de uma leitura essencial da realidade e que deve instrumentalizar a classe trabalhadora e, assim, conduzir aos processos de organização da resistência e de plena consciência de sua tarefa histórica nos marcos da sociedade do capital.

Considerando o pensamento social conservador - não ignorando suas diferentes expressões - no que tange às contradições sociais tem-se a obliteração. Para os/as conservadores/as a ordem social vigente é funcional e harmônica, assim sendo, qualquer *perturbação* é classificada como uma disfunção centrada no indivíduo, como uma anomia social. Assim, a questão social sob a lógica conservadora esvazia-se de seu sentido político e demarcado pela luta de classes e realinha-se à perspectiva microssocial, que articula ora o assistencialismo, ora o caso de polícia.

Outrossim, o conservadorismo perpassa o âmbito estatal, que mediante a agenda utraneoliberal, registra o processo de desresponsabilização no enfrentamento às múltiplas expressões desse conjunto de contradições da relação capital/trabalho. O Estado prenhe de uma funcionalidade conservadora atua apenas nas frações, que ameaçam as condições necessárias à produção e reprodução social capitalistas, mas sem nenhuma pretensão de erradicá-las.

Nesse sentido, ganham evidência no processo de minimização dos efeitos da questão social: por um lado, o recrudescimento do caráter seletivo, focalizado e fragmentado das políticas sociais, a exemplo, a centralização da assistência social junto à extrema pobreza; e, por outro lado, segundo Yazbek (2009), as alternativas privatistas geridas no âmbito da sociedade, numa proposta de retorno a filantropia social, que, por sua vez, centra-se na individualização, moralização e no assistencialismo.

Nessa dinâmica são colocados desafios ao Serviço Social crítico, posto que um processo de desestruturação da proteção social e a reedição dessas *velhas práticas* no que se refere ao enfrentamento da referida questão social, atingem frontalmente a profissão, visto que a atuação junto às políticas sociais se constitui enquanto uma das competências profissionais, portanto, é condição constitutiva de sua atuação. E as *velhas práticas* assinalam para uma direção diametralmente oposta à inscrita no projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Como descrito por Yazbek (2009) esse processo

[...] interfere diretamente no caráter público e construtor de direitos das políticas sociais. Ou seja, ainda nos defrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico. O social estrangido pelo econômico. O social refilantropizado, despoliticado e despublicizado. (YAZBEK, 2009, pp.138-139)

Entretanto, afirmamos que o legado da vertente da “Intenção de Ruptura” (NETTO, 1991) resiste às investidas conservadoras e ratifica a plena centralidade da questão social para a formação e para o trabalho profissional. A análise crítica da realidade nos permite também reconhecer a sua complexificação, mediante as transformações societárias ocorridas pós-crise de 1970, cujas inflexões incidem para a profissão, resultantes

[...] de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.' (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 4).

Reafirma-se, nesse sentido, o pressuposto de que a formação e o trabalho profissional são determinados pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pela articulação de formas diferentes de seu enfrentamento, articuladas, por sua vez, pela ação política dos/as trabalhadores/as e do capital, mediatizadas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços empreendidos até aqui foram realizados no sentido de ratificar a relevância da questão social como fundamento central para a apreensão não apenas da gênese sócio-histórica da profissão, mas sobretudo seu significado social e suas particularidades na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, é imprescindível – e o artigo tentou mostrar isso – entendermos a questão social como histórica, mas também como resultado da sociabilidade burguesa e do processo capitalista de produção de mercadorias e de reprodução social. Assim, captá-la em sua historicidade nos permite identificar suas novas expressões em meio ao avanço do neoliberalismo e do conservadorismo.

O debate da questão social nos tempos atuais tem suscitado muitas reflexões no interior da categoria profissional, trazendo questões que desafiam o atual projeto de formação, de matriz marcadamente marxista. Exatamente por isso, no marco dos 25 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, é imprescindível a demarcação da atualidade do seu conteúdo e dos seus pressupostos para a formação e para o trabalho.

O Serviço Social brasileiro, ao longo de mais de oito décadas de existência, expandiu seus espaços de trabalho profissional, tornando-se uma profissão de relevo e de notável reconhecimento social e, sobretudo nos últimos 30 anos, tem firmado compromisso ético-político com a construção de uma sociedade sem exploração e discriminação, notadamente justa e igualitária. Embora a postura questionadora das desigualdades sociais seja hegemônica no projeto de formação e nos documentos que orientam diretamente o trabalho profissional, como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e o Código de Ética (1993), o enfrentamento ao conservadorismo tem sido uma constante – seja pelo avanço das práticas fascistas, misóginas e machistas que circundam o Palácio do Planalto, seja pelo discurso polarizado que tem adentrado os diversos espaços da vida social.

Estamos desafiados/as, nessa penumbra conservadora, a não resvalar na perspectiva que naturaliza a questão social, que a fragmenta em questões sociais ou então que a generaliza, atrelando suas análises deslocadas da vida concreta dos sujeitos. Como refere Iamamoto (2007), o Serviço Social se situa num terreno movediço, em que pairam interesses sociais distintos e antagonísticos. Aos/às profissionais, que trabalham com as múltiplas dimensões da questão social, é fulcral o deciframento das mediações para apreender tanto as variadas expressões que assumem no âmbito das relações sociais capitalistas – o que leva à asserção que a questão social ao modo de produção capitalista é inerente –, quanto para forjar formas diversas de resistência.

Sendo assim, diante da persistência dos movimentos conservadores que se apresentam na sociedade e, como refração disso, também na formação e no trabalho de assistentes sociais, é salutar para os processos de lutas a reafirmação da perspectiva disposta no projeto hegemônico de formação – em que a questão social é eixo transversal –, como elemento basilar para o fortalecimento do Serviço Social crítico e combativo.

O Serviço Social, em especial suas vanguardas e entidades, está atento sobre como o recrudescimento da crise capitalista tem metamorfoseado a questão social e suas expressões, trazendo consequências importantes ao trabalho e à formação profissional.

Nessa esteira, mostra-se imperativo o protagonismo das entidades da categoria (ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Executiva Nacional do Estudantes de Serviço Social (ENESSO)) para a resistência do Serviço Social crítico e para a articulação da profissão com as lutas gerais da classe trabalhadora e, em defesa da mesma. Abramides (2019) aponta que o momento atual tem exigido da profissão o refinar de suas estratégias de luta e resistência frente aos desafios estruturais e conjunturais que estão postos e o reafirmar de sua articulação com uma frente classista, anti-imperialista e anti-capitalista.

Nesse sentido, a profissão vem avançando em relação à análise das dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa do Serviço Social e, segundo Abramides (2019), atuado incisivamente nas lutas, seja pela eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação, dominação e exploração; seja, contra a criminalização dos movimentos sociais, populares e da organização dos/as trabalhadores/as e contra todas as formas conservadoras e reacionárias que expressam atitudes e comportamentos racistas, fundamentalistas, patriarcais e misóginos.

Além disso, nossa categoria profissional, em linhas gerais, tem se posicionado contrariamente a todas as articulações político-partidárias que visam a destruição dos direitos dos/as trabalhadores/as, bem como aos processos de privatização do patrimônio público e das políticas sociais. Com firmeza política, se coloca contra os golpes da extrema direita que ameaçam a democracia no país e sua explícita expressão no atual governo federal brasileiro.

O cenário, que já era bem caótico, se agudizou ainda mais com a crise sanitária, agravada com a explosão da pandemia da Covid-19, a qual impôs imensuráveis desafios para a área de Serviço Social. Tal contexto, ao explicitar a precarização das políticas sociais, em especial da saúde e da assistência social, colocou o/a assistente social, sobretudo os que trabalham na operacionalização destas, em situações adversas – condições objetivas de trabalho, falta de equipamentos de segurança individual para atendimento, recursos para o atendimento do número exponencial de sujeitos sem condição mínima de subsistência, dentre tantas outras que poderíamos evidenciar.

É nesta esteira que as nossas entidades historicamente vem se manifestando na busca da ampla defesa da profissão – a ABEPSS, por exemplo, de longa data vem desenvolvendo ações político-práticas como (1) a ABEPSS Itinerante, que promove a difusão, ampla e democrática, de pautas e conteúdo que desafiam a consolidação das Diretrizes Curriculares e (2) a ABEPSS ao Vivo, que se constitui como um mecanismo de resistência em tempos de negacionismo da ciência e promove debates científicos na área, a partir de temas fulcrais à profissão.

Destarte, o Serviço Social brasileiro, sobretudo suas vanguardas e entidades, continua produzindo uma massa crítica que reafirma a direção social e estratégica presente no Projeto Ético-Político Profissional, rechaçando qualquer investida conservadora que possa incidir sobre retrocessos na profissão. A defesa intransigente deste projeto profissional e seus princípios consiste, desta forma, na única saída possível, sobretudo, em meio a tantas perdas para a classe trabalhadora, como tentamos apresentar.

Como vimos, as crises proporcionam um ambiente receptivo para as ondas conservadoras, as quais vão na contramão do que o Serviço Social brasileiro acredita e defende. Nesse movimento,

é inegociável a defesa dos princípios ético-políticos que dão embasamento ao Serviço Social crítico, assim como a centralidade da questão social como fundamento para a formação e para o trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: Acesso em: 23 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. **Lei 8.662/93 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Coletânea de Leis. Conselho Regional de Serviço Social 15ª. região Amazonas/Roraima. Manaus: Editora Valer, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (CFESS). **Código de Ética dos Assistentes Social**. 10. ed. rev. atual. Brasília (DF), 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 de jul. 2021.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GOIN, Marileia. Tendências atuais no ensino dos Fundamentos do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14 ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANCEBO, Deise; MARTINS, Tânia Barbosa. Expansão do ensino a distância: pressupostos para sua análise e marcos regulatórios. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (orgs). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** (livro I). Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Supervisão Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Razão, Ontologia e Práxis. In: BRAZ, Marcelo (org). **José Paulo Netto**: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e Consequências Societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. Questão social e serviço social em debate. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 14, p. 89-117, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

YAZBEK, Carmelita. O Significado Sócio-histórico da profissão. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009. pp.125-141.